

“QUANDO TUDO FICOU EM SILÊNCIO”: SILMIA SOBREIRA E A DITADURA

FÁBIO JOSÉ CAVALCANTI DE QUEIROZ

Historiador, Mestre e Doutor em Sociologia, é professor do Departamento de História da URCA.

NIVÂNIA MENEZES AMÂNCIO

Historiadora, professora da rede básica de ensino e mestranda em educação (UFC).

Cinquenta anos nos separam da gênese histórica de um dos períodos mais sombrios da trajetória política brasileira. O Golpe de Estado, de primeiro de abril de 1964, descerrou feridas, que, meio século depois, ainda doem no corpo envelhecido. Muito já se escreveu – e, muito, há de se escrever – sobre esse infausto acontecimento, tendo como cenário os grandes centros da luta de classes. É necessário, no entanto, trazer a lume esses episódios, tendo, como *locus* privilegiado, regiões e lugares mais longínquos do eixo econômico-político do País.

Apenas em anos recentes, pesquisadores começaram a escrever os primeiros resultados de investigações, nas quais o foco era a região do Cariri cearense, à época do poder ditatorial. Assim, veio à tona o nome de uma educadora, cujo nome, em larga escala, esteve identificado com a luta contra o regime discricionário, nascido do *putsch* militar de 1964. Trata-se de Maria Sílmia Sobreira da Silveira.

Com arrimo em sua biografia de educadora, articulista de periódico e ativista política, ambicionamos reconstituir uma página, apenas levemente rascunhada, da história do Cariri, na qual as atrocidades do regime militar-empresarial se revelaram como o seu aspecto mais acentuado. O presente estudo é resultado do exame dos artigos escritos por Sílmia Sobreira, para a Tribuna de Juazeiro, nos anos de 1966 a 1967. Em parte, pretendemos observar e recuperar o cenário da época mediante a análise dos textos de Sílmia. Ou seja: ao tentar compreender a ação da articulista, no período, não nos furtamos em recolher os elementos necessários

para reconstituição de um momento histórico em que a região do Cariri, como parte de um contexto mais abrangente, esteve sob o domínio de um poder de inspiração militarista.

Do ponto de vista aqui desenvolvido, convém destacar dois aspectos: o primeiro, o do lugar da biografia no campo da História: o segundo, o do significado mais amplo e preciso do regime político, nascido da quartelada de abril, depois de passado meio século de sua instauração.

É possível dizer que a biografia se tornou um dos domínios mais comuns para vários historiógrafos, ainda que Barros (2008) o tome, na verdade, como “um gênero”, sem desprezá-lo como “campo de observação”. Depois de sofrer ostracismo por longos decênios, desde as décadas finais do século XX, a biografia voltou a ocupar uma posição menos desconfortável. Nas palavras do historiador (há pouco citado), “depois das quatro décadas de quarentena, os historiadores retomam o gênero. De novas maneiras, eles dirão”. (BARROS, 2008, p. 188)

Dessa perspectiva, a intenção fundamental é se valer do indivíduo para examinar o que se derrama à sua volta, o entorno, o circundado.

Abrem-se, nesse sentido, as possibilidades de superação da antinomia absoluta do indivíduo e do coletivo, como constituíssem campos sociais separados por uma muralha chinesa. Doutro lado, diferentemente do passado, quando somente “indivíduos cuidadosamente escolhidos”, provavelmente, do interior dos agrupamentos sociais “superiores”, eram objetos de estudo, hoje, pode-se buscar na trajetória de vida dos que lutaram, e lutam, contra o *status quo*, um objeto biográfico-histórico. De feito, eis a nossa pretensão.

Convém acentuar que a nossa preocupação não é micro-histórica, mas, nos apoiando na história de uma personagem, refazer a trajetória de um período histórico, no qual um sistema de poder bonapartista calçou a sua existência em mecanismos de repressão brutal, sem que essa deixasse de ser, não raro, seletiva.

Deparamo-nos com o significado do militarismo triunfante na pele manchada pelas marcas de tortura, no indivíduo e no seu trajeto histórico, e, por essa via, refazemos o itinerário de uma etapa da nossa história, assinalada pelo signo da aspereza política e da brutalidade repressiva.

Nesses termos, somos inclinados a aquiescer com Barros, quando este afirma que “Admitir a riqueza e a complexidade da vida humana não impede, contudo, a possibilidade de alcançar uma extensão maior no conhecimento essencial a respeito da vida social. (2008:190)” Além do mais, essa questão se enreda com a chamada “escala de observação”, questão expressa há instante.

Efetivamente, a nossa escala de observação compreende o período de “usurpação militarista” (1964-1985), procurando captar as suas rudes emanações numa área específica do País, o Cariri cearense, nos apoiando, para tanto, na trajetória política de uma educadora, que ousou contestar o regime de exceção e sua vaga repressiva.

Mas que regime é esse? Qual o seu sentido mais profundo? Basta nomeá-lo de militar?

Netto (2014) demarca que “A tutela militar acompanhou a ditadura do berço à cova”. (p. 83) Mas o autor não se contenta com essa observação. Para ele,

O regime derivado do golpe de 1º de abril sempre haverá de contar, ao longo da sua vigência, com a tutela militar; mas constitui um grave erro caracterizá-lo somente como uma ditadura militar – se esta tutela é indiscutível, constituindo mesmo um dos seus traços peculiares, é igualmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital. (NETTO, 2014, p. 74)

Essa me parece à caracterização mais apropriada para dimensionar – ampla e corretamente – o regime político que, em larga escala, submeteu o País a longo período de arbítrio e violência. A articulação do empresariado e da alta cúpula das FFAA, contan-

do com a solidariedade política dos barões da mídia e da chefia da igreja católica, dentre outros, de fato, esteve não somente por trás do golpe de força, mas, notadamente, do regime político, que prontificou por aproximadamente duas décadas.

No terreno das particularidades regionais, podemos captar o sentido mais específico desse sistema de poder repressivo. É com base nesse entendimento, que investigamos a dinâmica desse processo no panorama histórico de uma região do País, que, nesse quadro de tensões difusas, pode nos oferecer elementos aptos a enriquecer o nível das pesquisas em curso, e, terminantemente, acostadas no tema da ditadura.

Quando, em 1964, Sílmia Sobreira voltou da França, com efeito, a vaga repressiva já estava em andamento. Voltando ao Cariri, depois de alguns anos fora da região, ela se depara com o azedume da nova conjuntura, expressa no regozijo dos golpistas triunfantes.

Faz-se aqui questão de evidenciar o fato de que Sílmia pertencia a uma camada restrita da população caririense, de então, i.e., o campo da população letrada. Depois de estudar no Colégio da Imaculada Conceição, em Fortaleza, cursou o ensino superior no Recife, e, com a obtenção de bolsa de estudo, viajou a França, País onde alcançou o título de mestre.

Chegando ao Cariri, a sua sólida formação lhe abriu as portas, pelo menos, no terreno profissional. Na esteira de suas palavras, isso pode ser confirmado

Já retornei ao Cariri com um convite da Faculdade de Filosofia e Letras do Crato para assumir a cadeira de Língua e Literatura Francesa e a de Didática do ensino do francês. E ao chegar, seu diretor, o Prof. José Newton Alves de Sousa, me convidou para assumir a Aliança Francesa que seu prestígio e esforço obtiveram para o Crato. (SOBREIRA, depoimento, 2009).

Esse esboço de quadro seguirá incompleto na hipótese de não levarmos em consideração o grande número de atividades edu-

cativas desempenhado por Sílmi Sobreira, conforme se desprende do seu relato:

No período em que fiquei no Cariri, dei aula de francês na Faculdade de Filosofia do Crato, no Colégio Estadual Wilson Gonçalves, na Aliança Francesa e uns dois anos nos Colégios Santa Teresa e Domingos Sávio. Meu trabalho como professora era um trabalho normal de professora de língua estrangeira. Os alunos não me davam muito trabalho, sobretudo os da quinta série e os do 1º grau na Aliança que se divertiam muito falando francês desde a primeira aula. Haja teatro! Nunca fiz proselitismo político em sala de aula. Com os colegas o tema mais freqüente era a situação do ensino e as condições do professor. (IDEM)

Por toda parte, a realidade lhe convocava. Aproxima-se, então, do rico mundo artístico-cultural da região e envereda para o periodismo, tornando-se articulista do jornal “Tribuna de Juazeiro”. Nesse hebdomadário caririense, publicará um sem número de artigos, denunciando a ditadura, revelando vivamente o papel do imperialismo estadunidense na América Latina, e, igualmente, esgrimindo em amparo da arte, cultura e educação.

Um exemplo do escrutínio crítico, que caracterizava os seus artigos jornalísticos, pode ser pressentido no texto abaixo:

Como criticar a ordem social presente, nossa inserção em um mundo capitalista de escaladas, como criticar o fato de ajudarmos às nações ricas a ficarem mais ricas à custa da nossa pobreza crescente, nossa inconsciência e nosso sono que, desde o século passado, nos colocam às margens das reformas que nunca houve nem com a independência, nem com a República, nem em 1930, nem em 1964? Quem dirá que nunca houve revolução porque nunca houve reforma de estrutura e que mudança de cúpula sem participação popular não é revolução? Quem dirá sem risco que capitalismo não é sinônimo de democracia e pode ser até mesmo seu contrário? Quem denunciará a utilização desonesta dos sentimentos religiosos do povo que, dopado com o ópio de uma

falsa religião, passa a defender o que pode ser tudo menos um valor cristão? Quem dirá que “a marcha da família com deus pela família e pela liberdade” foi organizada por uma empresa publicitária? (SOBREIRA, O rei está nu, in: Tribuna de Juazeiro, (1967, p. 2)

Sílmia – que, no ensino médio e na universidade, havia passado pela JEC e pela JUC – era uma leitora voraz de livros, revistas e jornais (era assinante do *Le Monde*), e punha o seu conhecimento a serviço do desmoronamento ideológico da argumentação dos arautos do autoritarismo vigente. Na “Tribuna de Juazeiro”, esse desiderato se mostrava mais intenso.

A maior parte dos seus artigos compreende o intervalo de tempo do ano de 1966 a 1967. Neles, nota-se a nítida preocupação da articulista, também, com os temas vinculados à educação, de acordo com diversos textos da autora, dentre eles o que tiramos como exemplo:

Refletindo nesses antecedentes, o prof. Paulo Freire idealizou um método de educação de adultos que fosse o reflexo de uma confiança amorosa na capacidade que tem o povo de se transitar, de emergir do estado de consciência ingênua para o de consciência transitiva, isto é, do estado de objeto para o de sujeito (SOBREIRA, In: Tribuna de Juazeiro, de 1º a 6 de setembro de 1967, p. 2).

Naqueles anos, em meio aos desafios da sobrevivência física, a intelectual cariense não deixou de buscar, nas reflexões sobre a atividade educativa, uma abonação quase compulsória, ainda que ela, como quaisquer dos seus pares, naquele momento, sofresse as agruras de uma realidade, na qual, cada vez mais, todos se sentiam, maiormente, acossados pela tirania do sistema político. Abordar o método de Paulo Freire, um proscrito da ditadura, que já contabilizava o seu terceiro ano de existência, indicava, não apenas a sua atualização acadêmica, mas um rotundo sentimento de inconformidade com as condições vigentes.

Nos seus artigos tem-se como referência obrigatória o seu fúlgido conhecimento da literatura, do cinema e de outras modalidades de expressão artística. Mais do que as armas da ciência política ou da sociologia, foram os seus conhecimentos de arte e cultura, bem como a sua sólida formação como educadora, que, visivelmente, esclareceram o seu lugar na luta política. Isso fica patente em três flagrantes do seu depoimento:

... fiquei me perguntando se não teriam sido a literatura, o magistério e o cinema os meus mestres.

Minhas leituras eram variadas, passando pela informação política, pela literatura (poesia, romance) e pelo humor, uma arma poderosa.

... a base de minha formação é a literatura e o cinema que alimentaram meu gosto pela liberdade. (SOBREIRA, Depoimento, 2009)

Provavelmente, os artigos, publicados na Tribuna do Juazeiro, guardem algum grau de relação com o sequestro, prisão e tortura da educadora caririense. Cabe aqui reforçar essa conjectura com um trecho do seu depoimento:

É provável que esses artigos tenham tido alguma relação com a prisão, talvez não pelos artigos que ficavam dentro dos limites da cidade, mas por terem ido além dos muros de Juazeiro. Por exemplo, de um deles, não me lembro qual, talvez tenha sido sobre uma manobra militar no Cariri, fiquei sabendo algum tempo depois, que foram feitas várias cópias e distribuídas por estudantes numa cidade vizinha. Um texto são mesmo penas ao vento... (IDEM)

O Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, por toda parte, a princípio, bloqueia qualquer exercício de jornalismo crítico. A fronteira se abarrotava de exilados, que, desolados e indignados, a cruzam; alguns, para sempre. As prisões se enchem de opositores do regime e de gritos (provocados pelas torturas inomináveis).

A imaginação de muitos jovens, sequiosos de liberdade, baralha a estratégia da luta armada, que, rapidamente cresce, e, também, rapidamente, é liquidada pelo aparelho repressor. Nesse panorama histórico, rígido, Sílmiã Sobreira terá que buscar outros caminhos.

Nesse quadro, talvez ainda embevecida pela regular leitura de “O Pasquim”,¹ ela se candidata ao cargo de vereador, em Juazeiro do Norte, e, quase concomitantemente, auxilia os opositores do regime, que procuram o Cariri, convertido, em larga medida, em rota de fuga, ponto do caminho para outras paragens, nas quais os foragidos da ditadura buscam uma oportunidade de sobrevivência.²

No caso da candidatura, a professora da Faculdade de Filosofia tinha consciência de que os seus objetivos iam além das zonas de fronteira, nas quais se constrangiam os problemas locais, segundo se desprende da sua avaliação sumária do processo eleitoral:

Me interessava poder falar no rádio e tratar de questões mais amplas do que as locais das quais os outros candidatos se encarregariam. Soube um pouco mais quem eram meus eleitores do que quem eram meus leitores: muitos estudantes e alguns professores. (SOBREIRA, depoimento, 2009)

Doutro lado, a solidariedade aos refugiados da ditadura, porventura, lhe causou mais problemas do que, provavelmente, a candidatura, *per si*, ou, quem sabe, até mais do que o seu trabalho de colunista crítico de um hebdomadário provinciano.

¹ Jornal alternativo, “O Pasquim” surgiu em meados de 1969, no panorama político pós-AI-5, e se transformou em uma das leituras prediletas de Sílmiã Sobreira.

² Aldo Arantes, Haroldo Lima e José Luiz Guedes, ex-presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), passaram uma temporada no Cariri, foragidos da ditadura bonapartista, que, de ordinário, tratava os seus opositores com excepcional crueldade. Alguns foragidos chegaram a trabalhar na empresa de cerâmica CECASA, que, em parte, funcionou como cobertura aos perseguidos do regime, que, não raro, viviam na clandestinidade. Eudoro Santana, que comandava a empresa, localizada em Barbalha, havia sido militante da Ação Popular (AP), no movimento estudantil, na Bahia. Chegando ao Cariri, contribuiu para constituição de uma rota de fuga dos evadidos da ditadura. Esse episódio, provavelmente, explicita a sua prisão, bem como a de Sílmiã Sobreira, em 1974.

Com a luta armada – no campo e na cidade – já praticamente derrotada, a ditadura passa a direcionar a sua ação para os que se opõem à tirania, sem, no entanto, experimentar o estratagema empregado por certos agrupamentos da esquerda (VPR, ALN, PCdoB etc.), que se serviram desse expediente, para confrontar a ordem ditatorial.

Nessa perspectiva, pessoas como Sílmia Sobreira, possivelmente, estavam mais expostas, e não menos acessíveis, à sanha repressora do poder discricionário. Assim sendo, no dia 28 de abril de 1974, ela é sequestrada e conduzida a Recife, na qual permanece por 13 dias, sofrendo torturas variadas. Sílmia Sobreira detalha assim esses dias difíceis:

Não fui levada para interrogatório nos primeiros dias, depois começaram só por perguntas, depois, uma vez só, pequenos choques elétricos, depois um álbum de fotos para identificar alguém, mas onde, para bem ou pra mal, não reconhecia ninguém. Nessa noite (os interrogatórios eram à noite), o carcereiro recebeu instrução para me deixar em pé, algemada à grade.

Quando tudo ficou em silêncio, o carcereiro me mandou tomar um banho, me deu um copo de leite gelado e me disse para me deitar, aconselhando-me a identificar quem eu reconhecesse nas fotos, porque no dia seguinte seria mais pesado. (SOBREIRA, depoimento, 2009)

Retirada da prisão, graças aos esforços familiares, voltou a Juazeiro do Norte, e, ali, se conservou por mais ano. Decidiu, então, executar uma guinada de 180º em sua vida:

E em 1975, resolvi mudar de rumo e aprender a fazer outra coisa. E desde 1981 estou na psicanálise, quando li em um psicanalista francês, Jacques Lacan, sua formulação da descoberta freudiana: o inconsciente é estruturado como uma linguagem. (SOBREIRA, depoimento, 2009).³

³ Sílmia Sobreira, hoje, é psicóloga, psicanalista e membro da Escola de Psicanálise do Fórum do Campo Lacaniano - São Paulo (EPFCL-SP).

Essa virada drástica não a afastou do principal objeto do seu desejo: a educação. De feito, toda a sua trajetória, ao longo desses cinquenta anos, desde o momento que fincou os pés na cidade de Juazeiro do Norte, no temerário ano de 1964, instituiu-se em estreito nexos com o seu trabalho de educadora. Esse ponto, efetivamente, nos conduz ao principal objetivo deste trabalho, qual seja: o de recuperar o trajeto de uma profissional da educação que não receou de confrontar o poder ditatorial.

Isso fica ainda mais evidente no fato de que a nossa personagem não se furtou de conduzir essa resistência pelos meios os mais variados: a imprensa, a solidariedade aos perseguidos mais diretos (pelo regime), a participação na via eleitoral, eventual e restritamente consentida, dentre outras formas de atuação. Além disto, há de se reputar a plenitude de tais ações nos limites políticos e geográficos de uma região, encravada nos elos mais distantes da imensa cadeia nacional, ainda imersa na rusticidade de uma cultura política acomodada ao mandonismo mais inflexível.

Certamente, o rapto, a prisão e a tortura devem tê-la incomodado, desassossegando-a, atordoando-a. Ora, mas quem está preparado para viver cenas trágicas, de compor o interior brutal de poucas cores, de uma moldura infame?

Independentemente do seu percurso posterior, Sílmia Sobreira deixou marcas profundas na região do Cariri, e o seu nome, até mais do que antes, sugere nexos profundos com as várias formas de resistência ao autocratismo militarista. Quer dizer: a sua visão estava relacionada diretamente com as lutas do seu tempo, nas quais o eixo nodal era o embate contra o sistema de poder militar.

A inserção de Maria Sílmia Sobreira em atividades políticas, quem sabe, seja somente a indicação de que outras mulheres, de algum modo, podem ter desempenhado, no Cariri, à sua época, papel análogo, ainda que não devidamente avaliado pelo estúdio atual dos estudos históricos. Da mesma maneira, a sua trajetória sugere que, no campo da educação, a linha reta dos ditames ditatoriais não

se fez sem a devida resistência. Ademais, a sua história, de certo modo, se enleia com a história da luta contra a ditadura, nas mesmas terras que, em tempos passados, foram pisadas, vigorosamente pisadas, pelos passos firmes de Bárbara de Alencar.

Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. O campo da história – especialidades e abordagens, 5ª edição, Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008.

NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985), São Paulo: Cortez, 2014.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista, Tese de Doutorado: UFC, 2010.

SOBREIRA, Sílmia. Abrigo para a nossa arte popular, in: Tribuna de Juazeiro, ano I,

1º/07/1967

_____. Antes tarde do que nunca, in: Tribuna de Juazeiro, 06/05/1967.

_____. Artigo de luxo em casa de pobre, in: Tribuna de Juazeiro, Nº 2, 02/10/1967.

_____. A tribuna e a segurança nacional, in: Tribuna de Juazeiro, 23 de abril de 1967.

_____. Balanço, in: Tribuna de Juazeiro, nº 17, 1º/01/1967.

_____. Depoimento, em 08 de setembro de 2009.

_____. Educação e desenvolvimento, in: Tribuna de Juazeiro, nº 6, 16/10/ 1966.